

CONCEPÇÕES SOBRE O ORAL E SEU ENSINO JUNTO A PROFESSORES EM FORMAÇÃO¹

Denise Telles Leme Palmiere (Universidade São Francisco)

Introdução

É inegável a existência de avanços concretos no tratamento do ensino da língua oral, seja nos estudos empreendidos por diferentes pesquisadores (Milanez, 1993; Geraldi, 1996; Castilho, 1998; Fávero, 1999; Marcuschi, 1998, 2002 e 2004; Ramos, 1997; Schneuwly, 2004; Dolz e Schneuwly, 2004; dentre outros), seja nas propostas curriculares oficiais. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (Brasil, 1998), “(...) cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral”². Os PCN não apenas recomendam o ensino da língua oral, como também propõem - a partir do conceito bakhtiniano de gêneros do discurso - uma prática pedagógica de formalização de usos planejados da fala. Objetivos, estratégias e sugestões de abordagem são propostos pelos PCN, embasados na diversidade de gêneros do oral e das situações de uso público da fala.

Tais avanços, no entanto, parecem ainda não ter chegado à sala de aula, apesar da linguagem oral estar bastante presente nas rotinas cotidianas do contexto escolar. Como apontam Dolz e Schneuwly (2004), a linguagem oral

“(...) não é ensinada, a não ser incidentalmente, durante atividades diversas e pouco controladas. Assim, como denunciam didatas, sociólogos, lingüistas e formadores de professores (...), o ensino escolar da língua oral e de seu uso ocupa atualmente um lugar limitado. Os meios didáticos e as indicações metodológicas são relativamente raros; a formação dos professores apresenta importantes lacunas.” (DOLZ E SCHNEUWLY, 2004:149-150)

Marcuschi (2002), analisando o tratamento dado ao oral pelos livros didáticos de língua portuguesa, conclui que

“Claudicam a teoria, a terminologia e as observações empíricas. Os autores dos manuais didáticos, em sua maioria, não sabem onde e como situar o estudo da fala. A visão monolítica da língua leva a postular um dialeto de fala padrão calcado na escrita, sem maior atenção para as relações de influências mútuas entre fala e escrita. Certamente não se trata de *ensinar a falar*. Trata-se de identificar a imensa riqueza e a variedade de *usos* da língua.” (MARCUSCHI, 2002:23,24)

Esse autor salienta que a resistência ao ensino do oral é fruto da tradicional supremacia do ensino da linguagem escrita e de uma série de equívocos em relação às concepções de língua, fala e texto, que se podem ver estampados nos livros didáticos e currículos de ensino em geral.

Diante de tais considerações e da atual expectativa de que o professor desenvolva atividades sistemáticas com as diferentes formas de oralidade,

¹ Este trabalho é uma versão revista e ampliada do texto *As representações do oral e seu ensino por professores em exercício e em formação*, apresentado no IV SENALE (Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino), na Universidade Católica de Pelotas, em novembro de 2005.

² Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 25.

surgem algumas indagações: como o professor de língua tem se colocado diante da questão do ensino do oral? Até que ponto suas concepções de língua e de oralidade ainda repercutem a redutora perspectiva saussureana de língua, desconsiderando as dimensões particulares do funcionamento da linguagem em relação às práticas sociais em geral? Como o professor se posiciona diante de uma suposta supremacia da escrita em relação à oralidade?

Entendemos que o ensino da oralidade está profundamente vinculado às concepções que os professores têm do oral e de seu ensino, sendo de fundamental importância que tais concepções sejam desveladas: para o professor, o que é a língua oral? Que tratamento ele considera que deva ser dado à oralidade em sala de aula? Que tratamento ele efetivamente tem dado?

Nesse sentido, a partir de uma pesquisa longitudinal feita com alunos cursando graduação em Letras (sendo que alguns já atuam como professores), este trabalho tem como objetivo investigar as concepções sobre o oral e seu ensino por professores em serviço e em formação, procurando compreender as possíveis repercussões de tais concepções em seu agir pedagógico.

A base teórica que assumimos é a abordagem enunciativo-discursiva de Bakhtin (1953/1992), considerando que a língua é realizada por meio de enunciações, sendo decorrente das ações do homem nas suas interações sociais, em diferentes situações sócio-históricas. A partir dos pressupostos bakhtinianos, tomamos por base o quadro teórico do interacionismo sociodiscursivo tal qual delineado por Bronckart (1997/1999) e Schneuwly (2004). Nessa perspectiva, as práticas de linguagem – sejam escritas ou orais – devem sempre ser consideradas em sua relação com os contextos sociais que orientam as opções lingüísticas do agente produtor.

Aspectos metodológicos

A pesquisa foi realizada com alunos do curso de Graduação em Letras (Licenciatura em Língua Portuguesa) em uma universidade privada do interior do estado de São Paulo. O curso em questão tem duração de 3 anos e meio (ou seja, 7 semestres)³.

Os dados foram coletados em dois momentos distintos:

- a) Num primeiro momento, no ano de 2005, foram investigados 21 alunos, sendo 11 do quarto semestre e 10 do último semestre. Dada a duração do curso em questão, esses sujeitos, nesse primeiro momento da pesquisa, encontravam-se um pouco além da metade do curso ou eram alunos concluintes da licenciatura. Dentre esses professores em formação, vários já se encontram em sala de aula, atuando como professores do ensino fundamental.
- b) Com o intuito de atribuir à pesquisa um caráter longitudinal, os alunos que em 2005 encontravam-se no quarto semestre, foram novamente investigados, no primeiro semestre de 2007, quando, então, encontravam-se cursando seu último semestre do curso

³ É preciso salientar, no entanto, que, em 2005 - momento inicial da pesquisa -, o curso tinha duração de 6 semestres, tendo passado, posteriormente, por uma modificação curricular.

(ou seja, agora na condição de concluintes). Nosso objetivo, com isso, era investigar as possíveis repercussões do prosseguimento do curso de Graduação nas concepções do oral desses alunos. Nesse segundo momento da pesquisa, foram investigados 9 alunos.

A esses professores em formação, foram apresentadas as três questões que se seguem, precedidas das seguintes orientações⁴:

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, "(...) cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral". Essa pesquisa tem o interesse de investigar como você vê o ensino da linguagem oral. Assim, pede-se que você responda às seguintes questões:

1. O que é, para você, a "linguagem oral"?
2. Como você acha que dever ser o ensino da linguagem oral na escola?
3. No caso de você já atuar como professor, como você tem trabalhado a linguagem oral com seus alunos?

Essas questões, como já anteriormente apontado, objetivavam desvelar as concepções do oral para esses futuros – ou já atuantes – professores, bem como possibilitar algumas considerações a respeito de suas possíveis repercussões no agir pedagógico desses professores. Os resultados obtidos serão discutidos a seguir.

O professor e suas concepções do oral

Consideremos, inicialmente, as respostas fornecidas pelos sujeitos no primeiro momento de nossa pesquisa – o seja, no ano de 2005. Tais respostas revelam, pelo menos, quatro concepções desses alunos/professores sobre o oral: 1) oral como fala; 2) oral como modalidade dependente da norma escrita; 3) oral como espaço do lúdico e do espontâneo; 4) oral em sua multiforme dimensão enunciativa.

Com relação à primeira das concepções acima elencadas, um grupo de respostas revela uma visão do oral reduzido ao conceito de *fala*. Assumimos, aqui, a distinção apontada por Marcuschi (2004:15) entre *oralidade* e *fala*: a primeira, considerada como prática social de uso da linguagem oral; a segunda, correspondendo ao contraponto formal de tal prática. Nesse sentido, um primeiro grupo de respostas deixa ver uma concepção do oral que o limita meramente a aspectos formais, descaracterizando-o enquanto prática social.

Seguem-se alguns trechos transcritos de algumas dessas respostas:

I. "*Linguagem oral para mim é como as pessoas utilizam a fala, sendo considerada como um código a qual (sic) cada lugar tem o seu.*" (4^o / 2 / P⁵)

II. "*A linguagem oral está relacionada à questão de expressar-se oralmente, ou seja, através da fala.*" (4^o / 3 / A)

⁴ Nossa pesquisa inspirou-se em pesquisa semelhante realizada por Schneuwly (2004: 130) com professores-estudantes de Ciências da Educação no contexto do ensino de francês na Suíça francófona.

⁵ Os números e letras que aparecem ao final de cada trecho correspondem, respectivamente: a) ao semestre do curso de Letras que o aluno está cursando; b) ao número de identificação atribuído a cada um dos participantes na pesquisa; c) P = se o sujeito já atua como professor; A = se ainda não atua como professor.

III. "Para mim a linguagem oral é a expressão oral de idéias, ou seja, forma de expressar pensamentos." (4º / 5 / A)

Nesse conjunto de respostas, o que se evidencia é que a representação do oral está calcada numa concepção tradicional de língua como expressão do pensamento ou, ainda, numa concepção estruturalista de língua como 'código' ou sistema lingüístico, mero instrumento de comunicação. Nessa perspectiva extremamente redutora, a oralidade corresponde à versão oral desse sistema de comunicação, capaz de transmitir ao receptor uma mensagem, através da fala. Nessa concepção, desconsideram-se os usos da linguagem oral e as condições efetivas de sua produção. É importante destacar que tal representação do oral aparece essencialmente em respostas dadas por alunos que ainda cursam o quarto semestre de licenciatura (mais especificamente, por 6 deles - o que corresponde a um pouco mais da metade dos alunos pesquisados dessa série), constando em apenas uma das respostas elaboradas por alunos do sexto semestre.

A segunda representação que se faz ver em nossos dados é a do oral como uma modalidade profundamente atrelada e dependente da norma escrita da língua, como se pode observar nos trechos que seguem:

IV. "A linguagem oral deve ser ensinada na escola na sua maneira **mais formal**, ou seja, **deve se aproximar ao máximo da norma dita padrão**; é certo que o falante deve se adequar a cada situação, mas sabendo falar de uma **forma mais correta**, também vai saber interagir em outras situações." (4º / 8 / A)

V. "(...) A linguagem oral é trabalhada em conjunto: eles (os alunos) perguntam **o certo** e usamos **o dicionário** para tirar as dúvidas. Construimos cartazes e afixamos para **consultarem sempre que necessário**. Quando surge alguma **palavra 'torta'**, questionamos: "- Será que é assim? O que é isso?" E assim eles se **autocorrigem**." (4º / 9 / P)

VI. "(...) mesmo nos esforçando e **policinando**, não conseguimos falar sempre **corretamente** e empregando a língua **perfeitamente**. A linguagem oral é **dinâmica e influenciada (bombardeada) por modismos e exigências**"⁶. (6º / 10 / P)

Vê-se que o oral é percebido por alguns desses (futuros) professores como o espaço em que aparecem os "modismos"; cumpre à escola conservar "puro" esse espaço, aproximando-o ao máximo da norma padrão escrita. Qualquer "palavra pronunciada de forma torta" deve ser abolida. O dicionário – e os cartazes afixados nas paredes da sala de aula! – são tomados como o parâmetro para a oralidade; o ideal a ser atingido na oralidade advém da escrita. Assim, a segunda representação do oral para a qual apontam nossos dados é um oral analisado a partir da escrita, dependente dela, e circunscrito à estrutura formal escrita da língua, independentemente de seus usos e dos contextos sociais que orientam as opções lingüísticas do agente produtor.

Tal visão encontra-se ancorada na equivocada concepção de língua como monolítica, homogênea, e invariável, em que não há espaço para a variação lingüística. Alguns desses professores desconsideram que a língua, como fenômeno social, é caracterizada pela heterogeneidade e variabilidade. Como bem ressalta Possenti (1996: 33-34), "todas as línguas variam, isto é, não

⁶ Grifos nossos.

existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma.” No entanto, esses professores, diante de qualquer coisa que não corresponda à norma-padrão escrita da língua portuguesa – a única considerada “certa” ou “correta” - abrem espaço para uma atitude de *preconceito lingüístico*, a despeito da forte tendência atual de se lutar contra as mais variadas formas de preconceito.

Em decorrência dessa visão do oral como profundamente dependente da escrita, quando esses alunos/professores fazem considerações sobre as atividades orais de linguagem que realizam ou que esperam realizar com seus futuros alunos, acabam por apontar atividades que são, na verdade, mera oralização da escrita, tais como: leitura em voz alta; interpretação oral e paródia de textos escritos; dramatização; recitação. Há, ainda, aqueles que confessam não priorizarem o trabalho com o oral.

Uma terceira representação de oralidade encontrada é o oral como espaço do lúdico e do espontâneo, não sujeito a normas ou regras:

VII. “O ensino da linguagem oral na escola deve ser de forma que o professor dê oportunidade aos seus alunos de se expressarem verbalmente, **colocando suas emoções, opiniões e sentimentos**. (...) Os alunos contam como foi o seu final de semana; opinam sobre determinado assunto, etc.” (4º / 10 / P)

VIII. “A linguagem oral é todo tipo de comunicação feita oralmente, sem o compromisso de registros escritos; (...) é mais descompromissada de regras que a linguagem escrita.” (6º / 6 / A)

Esse grupo de respostas revela que, para alguns desses (futuros) professores, a concepção de *língua falada* coloca-se em oposição à de *língua escrita*, privilegiando um relação dicotômica entre ambas: a fala considerada espontânea, natural, distensa, enquanto a escrita, por outro lado, seria o espaço da norma de correção do português padrão e formal.

São vários os autores que têm contestado essa perspectiva tradicional da natureza fragmentada e dicotomizada da fala em relação à escrita, tais como Ong (1998), Olson e Torrance (1995), Marcuschi (1991, 2002, 2004), Rojo (1999), entre outros. Como aponta Marcuschi (2002),

“Não se trata de imaginar ou detectar diferenças ou semelhanças e sim relações dentro de um contínuo, pois não existem, entre fala e escrita, diferenças que perpassam todo o contínuo e que são essenciais, mas sim graduais e sempre multifacetadas. Tudo depende de qual escrita e de qual fala estamos tratando, afastando-se assim um olhar dicotômico sobre essa relação.” (MARCUSCHI, 2002: 30)

Finalmente, a quarta concepção de oral que aparece em nossos dados é o oral tomado em sua dimensão enunciativa multiforme. De modo distinto dos grupos anteriormente apontados, são vários os sujeitos de nossa pesquisa que, em suas respostas, apresentam uma interessante visão de oralidade considerada como prática de linguagem realizada em contextos sociais específicos. É o que se pode perceber, por exemplo, nos trechos como os que seguem:

IX. “A definição de linguagem oral é muito mais complexa do que se imagina. Para compreendê-la, é preciso, antes de tudo, não confundi-la com a fala ou com a mera oralização da linguagem escrita. Também se faz necessário desmistificar que a linguagem oral é a

modalidade oposta à linguagem escrita, já que os mecanismos que as separam delimitam uma linha bastante tênue. A linguagem oral pode ser percebida por meio das situações discursivas em que ela se realiza, isto é, através dos gêneros do discurso.” (6º / 2 / P)

X. Linguagem oral “é o uso da língua falada nas diversas situações sócio-comunicativas (...). Sua eficácia se faz no momento de interação dos falantes (...). O ensino da linguagem oral é necessário na escola para que o aluno saiba adequar essa linguagem às diferentes situações, porém a escola não pode desconsiderar que esse sujeito já utiliza a língua oral desde seus primeiros passos.” (6º / 5 / A)

XI. “São as manifestações de fala, seja uma conversa entre amigos, um debate, um seminário, entre outros.” (6º / 4 / P)

XII. “É a linguagem oral, é o falado. Estão presentes na linguagem oral vários gêneros, como: bate-papo, argumentação, pergunta e resposta, aula expositiva, etc.” (6º / 7 / P)

Vê-se que, para esse grupo de professores, a oralidade é vista como fenômeno de textualidade em relação estreita com as situações de comunicação e sempre realizada por meio dos gêneros textuais. Conseqüentemente, o ensino do oral é visto a partir da diversidade de gêneros e das situações de usos sociais da fala:

XIII. “O ensino da linguagem oral na escola não deve ser confundido com leitura em voz alta (que é mera oralização da escrita). O aluno precisa saber interagir socialmente por meio da linguagem oral e isso deve ocorrer com o ensino de gêneros orais. Vale ressaltar ainda que a linguagem oral deve ser ensinada não somente sob a ótica da produção, mas também da escuta (...). Como professora, tento mostrar que a linguagem oral deve ser dominada para diferentes situações de uso, realizando isso com o trabalho com os gêneros orais.” (6º / 2 / P)

XIV. “O ensino deve ser pautado na adequação do aluno às diversas situações comunicativas, mas nunca pensar que só o oral ensinado na escola é o que dá competência ao aluno. É direito do aluno e dever da escola ensinar que em uma entrevista de emprego usa-se uma linguagem que certamente será diferente da que eles usam com sua família.” (6º / 5 / A)

XV. “Ensinar a linguagem oral na escola deve estar ligado com situações não corriqueiras como “bate-papo” ou falar com um conhecido ao telefone; mas se cabe à escola preparar o aluno para uma futura formação, então temos que buscar gêneros que o preparem para o mercado de trabalho.” (6º / 7 / P)

Tal perspectiva do ensino do oral está em consonância com o que é apresentado por Dolz e Schneuwly (2004) como o papel da escola com relação ao ensino do oral. Segundo esses autores,

“Já que o papel da escola é sobretudo o de instruir, mais do que o de educar, em vez de abordarmos os gêneros da vida privada cotidiana, é preciso que nos concentremos no ensino dos gêneros da comunicação pública formal. (...) O papel da escola é levar os alunos a ultrapassar as formas de produção oral cotidianas para os confrontar com outras formas mais institucionais, mediadas, parcialmente reguladas por restrições exteriores.” (DOLZ E SCHNEUWLY, 2004: 174,175)

É importante destacar que os (futuros) professores que apresentam essa representação de oralidade - que leva em conta seus usos e as condições efetivas de produção - são, quase na totalidade, aqueles que se encontravam, nesse primeiro momento de nossa pesquisa, no último semestre do curso de graduação. Apenas um (1) aluno cursando o quarto semestre de Letras em 2005 revelou ser essa a sua concepção de língua oral.

Passemos, agora, às considerações com relação aos resultados obtidos no segundo momento de nossa pesquisa - coletados no primeiro semestre de

2007. Nesse segundo momento, como já salientado, foram investigados os mesmos alunos que cursavam o quarto semestre em 2005, e que se encontravam, agora, na posição de alunos concluintes do curso de Letras.

A esses (futuros) professores, as mesmas três questões anteriormente apontadas foram apresentadas. Suas respostas a essas questões revelam, pelo menos, três concepções desses alunos/professores sobre o oral - de modo geral, não totalmente coincidentes com as anteriormente encontradas: 1) oral como fala; 2) oral como espaço de variação lingüística; 3) oral como espaço de interação.

Em relação à primeira concepção anteriormente elencada, apenas dois sujeitos investigados nesse segundo momento da pesquisa apresentam uma visão do oral reduzido ao conceito de *fala* (mantendo-se, aqui, a mesma distinção entre *oralidade X fala*), refletindo uma concepção tradicional de língua como expressão do pensamento ou mero instrumento de comunicação. Nessa perspectiva, a oralidade é vista como a versão oral desse sistema de comunicação, desconsiderando-se os usos da linguagem oral e as condições efetivas de sua produção.

Seguem-se os dois exemplos encontrados:

XVI. *“A linguagem oral é a transmissão de informações através da fala” (7º / 2 / A)*

XVII. *“A linguagem oral é, para mim, a forma como os falantes utilizam-se da língua para comunicarem-se com outras pessoas sem que para isso seja necessário o uso da escrita.” (7º / 5 / A)*

É importante ressaltar que, no momento inicial da pesquisa, como anteriormente apontado, 6 alunos (mais da metade) dessa mesma turma apresentavam tal representação do oral, descaracterizada enquanto prática social. Após cursados 3 outros semestres da licenciatura, esse número mostra-se significativamente reduzido, o que se configura como um aspecto de extrema relevância no que diz respeito às repercussões positivas do curso de Graduação nas concepções do oral desses alunos/professores.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, diferentemente do que foi anteriormente observado nas respostas desses alunos/professores quando estes cursavam o quarto semestre da licenciatura, não se observam nos dados nenhuma referência ao oral como modalidade atrelada e/ou dependente da norma escrita da língua. Ao contrário, para mais da metade desses sujeitos, a oralidade é vista como universo distinto da escrita - e, de certa forma, em decorrência disso, como espaço em que se vêem realizadas as diferentes variedades lingüísticas existentes na língua.

XVIII. *“A linguagem oral é a linguagem falada, ou seja, que representa a fala. Apresenta grandes variações, à respeito (sic) do sexo, da idade, da classe social, localização geográfica do falante, por exemplo.” (7º / 9 / A)*

XIX. *“A escola deve ensinar a linguagem oral ensinando também as variedades lingüísticas, mostrando assim aos alunos os diferentes falares da língua. Para isso o professor deve trabalhar os vários tipos de variação, como a geográfica, por faixa etária, gênero, etc e, dessa forma, fazer com que os alunos conheçam as diversas formas da linguagem oral.” (7º/5/A)*

Diferentemente do que se observou no primeiro momento da pesquisa, esses sujeitos revelam, agora, uma concepção de língua marcada pela heterogeneidade e variabilidade – o que se configura como um deslocamento interessante desses sujeitos no sentido de apresentarem uma atitude mais adequada face a fenômenos sociolingüísticos da língua portuguesa. Tal aspecto revela-se como mais uma repercussão interessante da licenciatura nas concepções de língua e de oralidade desses alunos/professores.

Finalmente, a terceira concepção do oral presente nos dados é a oralidade como espaço de interação, realizada por meio de diferentes gêneros textuais orais, como se observa abaixo:

XX. “A linguagem oral é uma forma textual de interação, via fala.” (7º / 3 / A)

XXI. “A linguagem oral deve ser ensinada, na escola, através da utilização de alguns gêneros como o debate, seminário, etc, que colocam o aluno em contato com tal linguagem.” (7º / 1 / A)

XXII. “A linguagem oral é entendida como uma competência comunicativa natural do ser humano, linguagem esta que é determinada como instrumento de interação social.” (7º / 6 / A)

Curiosamente, não se observa, nos alunos concluintes de 2007, a mesma adequação (em relação àqueles formandos em 2005) na concepção de oralidade no que diz respeito à sua dimensão enunciativa multiforme, considerada como prática de linguagem realizada em contextos sociais específicos, levando-se em conta seus usos e as condições efetivas de produção. Ainda assim, pode-se dizer que esses alunos/professores aproximam-se de uma concepção mais adequada de oralidade - comparativamente àquela que apresentavam quando ainda cursavam o quarto semestre de licenciatura - , uma vez que não deixam de considerar a dimensão interacional da oralidade, bem como os gêneros próprios da linguagem oral.

Considerações finais

Os resultados aqui apresentados permitem tecer algumas considerações a respeito do papel do curso de licenciatura na formação desses (futuros) professores, pelo menos no que diz respeito às suas concepções sobre o oral e seu ensino. É possível perceber que a concepção redutora do oral como “fala” ou como mero espaço da espontaneidade, bem como a visão inadequada de uma dicotomia entre oralidade e escrita, aparecem mais circunscritas aos alunos/professores que ainda se encontravam no quarto semestre da licenciatura. Nesse sentido, o curso de Letras teve uma relevante repercussão sobre os alunos.

Outro aspecto interessante é que, no momento inicial da pesquisa, o que aparecia em muitas respostas, independentemente da série em que o aluno se encontrava, era a equivocada concepção de língua – escrita e oral - como homogênea e invariável e, conseqüentemente, a intolerância diante da variação lingüística. Já no segundo momento de coleta de dados, essa visão mostra-se bastante diferenciada, sendo que muitos dos nossos sujeitos explicitam o fenômeno da variação e a importância de uma adequada postura do professor de língua diante desse fenômeno. Assim, com relação a esse aspecto, o curso parece ter provocado um interessante deslocamento desses alunos/professores

na compreensão desse fenômeno sociolingüístico. Além disso, pode-se dizer também que o próprio curso de Graduação parece ter sofrido alterações nesse sentido, uma vez que as repercussões dos estudos sociolingüísticos nos alunos concluintes em 2007 mostram-se bastante diferenciadas daquelas observadas nos alunos concluintes de 2005.

Finalmente, no que diz respeito à oralidade em sua dimensão enunciativa, pode-se dizer que os alunos concluintes em 2005 pareciam apresentar uma concepção mais adequada relativamente aos formandos de 2007. Tal aspecto parece encontrar-se relacionado a distintos fatores, tais como a reestruturação da grade curricular a que foi submetido o curso em questão; variações no quadro docente ao longo dos últimos anos; modificações na seqüência temporal em que diferentes disciplinas foram ministradas (como Sociolingüística, por exemplo); dentre outros. Infelizmente, por restrições de tempo e de espaço, tais fatores não foram aqui considerados – o que se constitui como uma interessante possibilidade de continuidade deste trabalho.

Ainda assim, diante de todas as nossas considerações, parece ser possível concluir que a formação profissional propiciada pelo curso de Letras aqui em questão tem, de certa forma, contribuído de maneira significativa para a construção – ou mesmo para a ressignificação, no caso de alunos que já atuavam como professores antes de iniciarem o curso universitário – de uma concepção mais adequada de oralidade e, conseqüentemente, de seu ensino. Espera-se, diante disso, que essa concepção do oral e de seu ensino possa, de fato, repercutir substancialmente na atuação desses sujeitos como professores de língua materna, levando seus alunos a um maior domínio das diferentes formas de oralidade em situações reais de comunicação.

Referências bibliográficas

- BAKTHIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRANDÃO, H.N.(Org.) *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRONCKART, J. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CASTILHO, A. T. *A Língua Falada no Ensino do Português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. In: SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
- FÁVERO, L. L. et al. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino da língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- CÂNDIDO, A. O. direito à literatura. In: *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- GERALDI, J. W. O ensino e as diferentes instâncias de uso da linguagem. In: *Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras – ALB, 1996. p.27-47.

- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita*. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 5a.ed., 2004.
- _____. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In DIONÍSIO, A. P. e BEZERRA, M. A. *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- _____. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua: a propósito dos Parâmetros curriculares no ensino de língua portuguesa de 1ª a 4ª série do 1º grau menor. *Revista da Anpoll*, n.4, p.137-156, jan/jun. 1998.
- _____. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1991.
- MILANEZ, W. *Pedagogia do oral: condições e perspectivas para sua aplicação no Português*. Campinas: Sama, 1993.
- ONG, W. J. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papyrus, 1998.
- OLSON, D. R. & TORRANCE, N. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- RAMOS, J. (1997). *O Espaço da Oralidade na Sala de Aula*. São Paulo: Martins Fontes.
- ROJO, R. H. R. Oralidade e escrita em salas de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso? (mimeo), 1999.
- ROJO, R. e CORDEIRO, G. S. Apresentação: gêneros orais e escritos como objetos de ensino: modos de pensar, modos de fazer. In: SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
- SCHNEUWLY, B. Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da linguagem oral. In: SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.